

CARTA DE BRASÍLIA

O 8º Encontro Nacional do PT realiza-se em momento extremamente grave para a sociedade brasileira. O sentimento de frustração e desencanto contamina a população. Toda a esperança de resgate de dignidade de nosso povo, que emergiu no movimento pelo impeachment e cresceu com a queda de Collor, desapareceu do cotidiano da população.

A impunidade dos envolvidos no esquema PC-Collor, uma inflação mensal superior a 30%, o desemprego e a violentíssima concentração de renda, em um contexto no qual o País não tem sequer uma política salarial mensal, vão aprofundando a crise e ampliando a exclusão social.

O Governo Itamar não reverteu o processo de privatização, permitiu que ocorressem processos escandalosos, como no caso da CSN [Companhia Siderúrgica Nacional], e agora fala em ampliar e acelerar esse processo terminal de privatização do Estado. O PT opõe-se ao Plano Nacional de Privatizações, lutará pela revogação da Lei 8031 e participará ativamente da CPI das Privatizações. Neste momento, o PT procurará mobilizar amplamente a população contra a retomada do calendário dos leilões, a começar pelo da Ultrafertil.

As elites conspiram contra os direitos sociais da Constituição e tentam aprofundar o ajuste neoliberal na revisão constitucional marcada para 5 de outubro.

O PT entende que existem condições históricas para promover um processo de transformação estrutural que enfrente a crise e supere a miséria e a desagregação social, mas essa tarefa não será realizada por este governo. É preciso reverter o imobilismo que se espalha pelo País e atinge os movimentos sociais. É preciso revigorar as lutas sociais e mobilizar a sociedade civil e os trabalhadores, para resgatarem o significado do Movimento pela Ética na Política e impedir a continuidade do arrocho de salários, do processo inflacionário e o agravamento da crise econômica e social.

Nesse sentido, decidimos:

1. A definição de uma política salarial de reajuste mensal é prioridade para o PT. Neste momento, o PT, através de suas instâncias e de seus organismos de base, participará ativamente de todas as iniciativas, em especial da mobilização programada pela CUT para o dia 23 de junho, em defesa da proposta de política salarial apresentada pela Bancada Federal do PT no Congresso Nacional;

2. O PT participará ativamente das mobilizações em defesa da reforma agrária, que deverão culminar com os eventos marcados pela CUT, MST e Contag para o dia 25 de julho, Dia Nacional do Trabalhador Rural. O PT reafirma o apoio às ocupações em curso, exige o imediato assentamento dos sem-terra e a apuração e punição dos responsáveis pelos assassinatos no campo. O PT apóia a luta para barrar a violência contra os trabalhadores;

3. O PT desencadeará uma ampla campanha nacional contra a revisão constitucional, marcada para 5 de outubro, denunciando as iniciativas e propostas dos partidos de direita e do empresariado, que pretendem revogar direitos sociais, sindicais e aprofundar o ajuste neoliberal. A Comissão Executiva Nacional do PT,

conjuntamente com a Bancada Federal do Partido e as entidades democráticas da sociedade civil, o movimento sindical e o popular deverão elaborar propostas e iniciativas que representem os interesses dos trabalhadores e aprofundem o processo de democratização da sociedade. A revisão só faria sentido com um Congresso expressamente eleito para esse fim;

4. A Secretaria de Assuntos Institucionais do Partido deve elaborar, de forma coordenada com as administrações petistas, iniciativas conjuntas na perspectiva dessa política, que permitam projetar o Modo Petista de Governar e impulsionar a disputa política na sociedade;

5. Para o PT, o combate à corrupção é uma questão de princípio, sendo, portanto, uma tarefa prioritária e permanente. O PT, em conjunto com as entidades que integram o Movimento pela Ética na Política, buscará todos os meios disponíveis para que cada um dos envolvidos em corrupção seja exemplar e efetivamente punido. O PT deve retomar a mobilização do povo pela punição já de todos os envolvidos no esquema PC-Collor;

6. O PT, com base na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, deve atuar em todos os sentidos, visando implementar medidas que viabilizem o combate à fome, tanto em nível imediato quanto estrutural. Assim, o PT considera que os objetivos dessas lutas consubstanciam a conquista da cidadania para milhões de excluídos, o resgate da solidariedade e da ética como valores na sociedade e permitem a formulação de alternativas para a produção e a distribuição de riqueza e renda no País.

Brasília, 13 de junho de 1993